

# **EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: LIMITES DA POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO**

**Olívia Chaves de Oliveira**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
olivia.ufrrj@gmail.com

**Máximo Augusto Campos Masson**

Universidade Federal do Rio de Janeiro - Programa de Pós-graduação  
em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares –  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
maxmasson@uol.com.br

## **Introdução**

Este texto apresenta a necessidade de questionar a democratização da educação superior pública brasileira. Esta referenciado na contribuição de Pierre Bourdieu à sociologia da educação e traz resultados de pesquisa básica de doutorado e pós-doutorado em educação, ampliados nas reuniões do Grupo Habitus e Práticas.

Nosso objeto é a recente expansão no número de matrículas nas universidades públicas e a diversificação do perfil social dos universitários a partir da adoção da Política de Cotas. O objetivo é propor uma reflexão crítica, sobre os dados estatísticos da recente expansão das universidades públicas, que assegura a partir de políticas focais a democratização das instituições, sem considerar no campo educacional as relações de poder simbólico que permeiam disputas entre as classes sociais. A metodologia adotada foi a

pesquisa dos tipos documental e exploratória com análise de fontes primárias, com a delimitação teórica que compreende os anos de 2008 a 2018.

## **A Expansão e a Democratização da Educação Superior**

Estamos tratando da democratização do acesso às universidades federais sob o prisma de um histórico de criação tardio (ROMANELLI, 2014), voltado a atender aos interesses das classes dominantes, em um sistema educacional influenciado pelas diretrizes de organismos internacionais direcionados aos países de capitalismo periférico (CHAVES, MENDES, 2009; MAGALHÃES, MENEZES, 2014) como o Brasil.

A partir de 2008 vivenciamos a implementação do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a Política de cotas a partir de 2012. O REUNI estabeleceu como diretriz a “redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno” (BRASIL, 2007). Para tanto, as universidades aderiram à contratos de gestão com o Ministério da Educação (MEC). Com efeito, em 2008 havia 236 instituições federais de educação superior<sup>1</sup> (IFES) com 1.273.965 estudantes matriculados (INEP, 2009). Dez anos depois, passamos a ter 299 IFES e um total de 2.077.481 universitários (INEP, 2019). Este crescimento foi acompanhado de uma política de reserva de vagas no ingresso, para estudantes oriundos de escola pública; autodeclarados pardos, pretos ou indígenas e para pessoas com deficiência. O que tornou o perfil social dos universitários, mais heterogêneo segundo pesquisa do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assistência Comunitária e Estudantil (FONAPRACE, 2019), composto

---

<sup>1</sup> Estão contempladas as Universidades e os Institutos Federais de Educação Tecnológica.

por 70,2% de estudantes com renda familiar de até 1,5 salário mínimo, maioria do sexo feminino e 60,4% vindos do ensino médio público. Mas, em termos sociais, essas modificações significaram a democratização da educação superior?

A necessidade de políticas educacionais que ampliem as formas de acesso à universidade, indicam a existência de trajetórias escolares e as disputas desiguais às quais os estudantes estão submetidos. Para Bourdieu a origem social do indivíduo marca as condições de vida em que se constituirá o *habitus*, a partir do acesso ao capital cultural, social e econômico disponível. Então seria ilusório acreditar que todos competem em igualdade de condições pelo acesso à uma vaga na universidade. Ao vivenciar esse processo na França, Bourdieu constatou que, este crescimento não representou uma democratização, pois ao mesmo tempo que as pequenas taxas de acesso dos filhos dos operários aumentaram, as já elevadas taxas de acesso dos filhos de quadros superiores também aumentaram, ou seja, o conjunto de estudantes da universidade continuou desigual no que tange à origem social. Para ele a democratização é “o processo de igualação das oportunidades escolares das crianças procedentes de diferentes categorias sociais” (BOURDIEU, PASSERON, 1992, p. 231). Bonnewitz (2003), analisando seus estudos constatou que, a democratização foi acompanhada por fatores de segregação interna, cujas desigualdades no acesso foram substituídas por desigualdades nos currículos dos cursos ofertados e interferência direta da origem social na escolha do curso.

Nessa linha, no Brasil, pesquisadores também identificaram essa desigualdade no sistema educacional, concordando com Dubet (2015, p. 256): “os estudantes são mais numerosos, mas acessam níveis muito desiguais nesse sistema”. Cavichioli e Veloso (2016, p. 103) verificaram em estudo no Mato Grosso que, o perfil dos graduados em medicina permaneceu composto por pessoas do “sexo

masculino e pessoas de cor branca”. Guerrini, *et. al.*, (2018, p. 34) concluíram na Universidade Tecnológica Federal do Paraná que,

(...) que o maior dilema na disputa de vagas entre os cotistas e não cotistas está nos cursos de maior prestígio social, no caso, as Engenharias. Nesses, as condições de acesso dos alunos cotistas foram ampliadas pela Lei de Cotas, já que uma grande parcela desses alunos não ingressaria nos cursos pleiteados, não fosse a reserva de vagas adotada.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Klitzke (2018, p. 148) analisou os cursos de medicina, direito e engenharia de produção e inferiu que, havia um perfil de universitários menos elitizado, porém em “cursos de menor prestígio social”, prevalecendo a hierarquia dessas carreiras. Assim, ressaltamos que não se pode confundir expansão com democratização.

## **Conclusão**

Considerar a expansão das matrículas e a diversificação do acesso como democratização, reduz a interferência das desigualdades sociais na educação e fragmenta a temática. Pois, se verifica novas formas de segregação no interior das universidades públicas, na qual se mantêm a ausência de estudantes das classes populares nos cursos de maior prestígio social. Não nos posicionamos contra as políticas citadas, porém propomos como necessária, a análise crítica dos seus resultados, desvelando a possível conformação das classes populares, que a falta desta discussão traz.

## **Referências**

BOURDEIU, P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução**. Elementos para uma teoria dos sistemas de ensino. Livro 2. RJ: Francisco Alves, 1992.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 27 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 7, 25 abr. 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo da Educação Superior 2018**. Brasília: DF. 2019. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2019/apresentacao\\_censo\\_superior2018.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/apresentacao_censo_superior2018.pdf). Acesso em: 06/12/2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Resumo Técnico – Censo da Educação Superior 2008**. Brasília: DF. 2009. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo\\_tecnico\\_2008\\_15\\_12\\_09.pdf](https://download.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo_tecnico_2008_15_12_09.pdf). Acesso em: 26/07/2022.

CAVICHIOILLI, M. H. de F; VELOSO, T. C. M. A. Perfil dos graduados em meio à expansão do ensino superior no Estado de Mato Grosso: mudanças ou permanências? **Revista da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Mato Grosso**. Vol. 25, ano 14, n.1, 2016.

CHAVES, V. L. J.; MENDES, O. da C. REUNI: o contrato de gestão na reforma da educação superior pública. In: \_\_\_\_\_.; NETO, A. C.; NASCIMENTO, I. V. (Orgs.) **Políticas para a educação superior no Brasil: Velhos temas e novos desafios**. SP: Xamã, 2009.

DUBET, F. Qual democratização do ensino superior? **Caderno CRH**, Salvador, v.28, n.74, p. 255-256, maio/ago, 2015. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). **V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural do Estudante de Graduação das IFES Brasileiras**. Uberlândia, MG. 2019.

GUERRINI, D. *et. al.* Acesso e democratização do ensino superior com a Lei nº 12.711/2012: o *campus* de Londrina da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.99, n.251, p. 17-36, 2018.

KLITZKE, M. Acesso ao ensino superior: análise do perfil dos ingressantes em cursos de prestígio da UFRJ. In: HERINGER, R. (Org.) **Educação superior no Brasil Contemporâneo**: estudos sobre acesso, democratização e desigualdades. RJ: Faculdade de Educação da UFRJ, 2018.

MAGALHÃES, R. P.; MENEZES, S. C. Ação afirmativa na UFRJ: implantação de uma política e os dilemas da permanência. **O Social em Questão**. Ano XVII, n. 32, 2014.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. 40<sup>a</sup> ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.